



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO - EXTRAJUDICIAL

RELATÓRIO COMUM A TODAS AS ATRIBUIÇÕES

IDENTIFICAÇÃO
Comarca/Juízo: Vara Única De Santana Do Araguaia
Polo/Região Judiciária: Santana do Araguaia
Magistrado(a) corrigente: DR LÚCIO BARRETO GUERREIRO. (PORTARIA Nº 476/2021-GP)

EDITAL DE CORREIÇÃO
Data da publicação: 23/02/2024
Data da abertura da correição: 15/03/2024
Data do encerramento da correição: 15/03/2024
Observações: DJE nº 7776/2024 – Edital 002/2024 CGJ

DADOS GERAIS DA SERVENTIA	
Nome oficial da serventia: Cartório do Único Ofício de Santana do Araguaia	
Código Nacional da Serventia (CNS): 06.737-1	CNPJ: 50.000.255.0001/22
Endereço: Avenida Dr. Edson Miglioli, s/nº Quadra 2, Lote 19, Setor Rodoviário.	
Telefone fixo:	Celular: (94) 98451-9345 – (94) 97400-2451 – (94) 98420-1889
e-mail: cartoriosantanoaraguaia@gmail.com	Celular Plantão (RCPN): (94) 98433-9096

ATRIBUIÇÕES	
(x) Tabelionato de Notas (x) Tabelionato de Protesto (x) Registro de Imóveis (x) Registro de Títulos e Documentos	(x) Registro Civil das Pessoas Naturais (x) Registro Civil das Pessoas Jurídicas () Registro de Distribuição

DADOS GERAIS DO(A) DELEGATÁRIO(A) E EVENTUAL EQUIPE

IDENTIFICAÇÃO DO(A) DELEGATÁRIO(A)	
Nome do(a) Responsável pelo Cartório: MARIA DOLORES OLIVA DA FONSÊCA NETA	
Status do(a) responsável: () Titular (x) Interino(a) () Interventor(a)	CPF:032.349.115-41
Endereço: Rua João Vilela, Lote 20, Bairro Treze Casas	Ato de nomeação: Portaria nº 3212/2022 - GP Data da posse / exercício: 19/09/2022
Telefones: 79-99945-3262	E-mail: doloresfonseca1@gmail.com



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

IDENTIFICAÇÃO DO(A) SUBSTITUTO(A) LEGAL	
<input type="checkbox"/> Não existe Substituto(a) Legal na serventia, razão pela qual se desconsidera os demais itens do presente tópico.	
Nome do(a) Substituto(a) Legal: Raphael Nogueira Pinho	
CPF: 009.596.105-45	Portaria de designação: Portaria nº 01/2022
Endereço: Rua João Vilela, Lote 20, Bairro Treze Casas	Telefones: 94-98423-4412 E-mail: raphaelnogueira@gmail.com
1	A designação de substituto(a) legal observou os requisitos do art.24 do Código de Normas? <input checked="" type="checkbox"/> Regular, pois de acordo com os dispositivos legais à época da nomeação. <input type="checkbox"/> Irregular. Motivo: Observações/Providência:
PREPOSTOS	
<input type="checkbox"/> Não existem prepostos na serventia, razão pela qual se desconsidera os demais itens do presente tópico.	
2	Apresentação do Livro de Registro de Empregados devidamente preenchido? <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Observações/Providências:
3	Existência de quadro de horário de trabalho dos prepostos com indicação das respectivas funções e das respectivas portarias de designação devidamente atualizadas? <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Observações/Providências:
4	Designação dos escreventes foi feita através de Portaria do Cartório, indicando nome e função, com comunicação ao Juízo de Registros Público e à Corregedoria Geral a Justiça? <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Observações/Providências:
CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL DO CARTÓRIO	
5	As instalações físicas são salubres e adequadas para funcionamento, dispondo de bom estado de conservação e higiene, proporcionando bom atendimento aos usuários, com conforto, proteção à saúde e segurança? <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Observações/Providências:
6	O mobiliário é ergonômico, encontrando-se em bom estado de conservação? <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Observações/Providências:
7	Está localizado em área sujeita à ocorrência de alagamentos, incêndio, infiltrações e umidade? <input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO Observações/Providências:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

8	Os elementos de identificação de serviço delegado são bem apresentados, possuindo sinalização com placa fixa de identificação, em material resistente, com os seguintes dados: a) nome oficial do cartório e a natureza dos serviços; b) horário de funcionamento; c) número de telefone e, no caso de cartório de registro civil de pessoas naturais, número de contato telefônico fixo ou celular para plantão aos sábados, domingos e feriados civis e religiosos. (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
9	Dispõe de licenças e alvarás para funcionamento do prédio, seja a do ente municipal, seja o expedido pelo Corpo de Bombeiros, bem como de material de segurança contra incêndios, tais como extintores? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
10	As acomodações da serventia propiciam segurança ao arquivamento de livros e documentos? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
11	Oferece acessibilidade às pessoas com deficiência, lactantes, gestantes e idosos? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
12	O espaço destinado ao atendimento é adequado, dispondo de cadeiras, bebedouro, balcão preferencial e climatização? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
13	As instalações elétricas e hidráulicas do cartório estão em perfeito estado de funcionamento e boa conservação? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
14	Há boa conectividade com a rede mundial de computadores (internet); equipamentos eletrônicos são atuais e se prestam a sua funcionalidade, considerando o porte do cartório? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DELEGADOS E ATENDIMENTO	
15	O atendimento é realizado com eficiência, urbanidade e presteza (considerando vestimenta, uniforme e cordialidade dispensada ao público)? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
16	Comparecimento diário do delegatário ao cartório, no horário de expediente, atuando o substituto legal apenas em eventuais ausências ou impedimentos? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
17	A serventia observa a jornada de 06(seis) a 08(oito) horas diárias, de segunda a sexta-feira, para atendimento ao público, informando sobre o horário de funcionamento ao Juízo de Registros Públicos e à Corregedoria Geral de Justiça? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

18	Há respeito à prioridade das pessoas com deficiência, lactantes, gestantes e idosos? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
19	Existe sistema de distribuição de senhas, considerando o porte do cartório? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
20	O quantitativo de prepostos é suficiente à adequada prestação de serviço, em conformidade com a demanda (considerando o porte do cartório, o movimento de serviços prestados e pessoas atendidas)? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
21	As tabelas de emolumentos em vigor, assim como os cartazes informativos da gratuidade dos serviços e do selo digital, encontram-se afixados em local visível, de fácil leitura e acesso ao público? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
22	É fornecido, independentemente de solicitação, recibo discriminado dos emolumentos percebidos? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
23	O atendimento aos usuários se dá em tempo de espera razoável e observa eventual norma municipal que disciplina o tempo de espera nas serventias extrajudiciais? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
24	São mantidos na Serventia as leis, regulamentos, resoluções, provimentos, regimentos, ordens de serviço e quaisquer outros atos que digam respeito à sua atividade (Art. 30, IV, da Lei nº 8.935/94), bem como as legislações mencionadas no art. 22, do CN - Tomo II? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
25	As dúvidas suscitadas são encaminhadas ao Juízo competente? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
26	A escrituração dos livros e documentos satisfaz às exigências legais (termos de abertura e encerramento, numeração e autenticação de folhas, ausência de rasuras, emendas, ressalvas etc., bem como a utilização do livro auxiliar (Prov. CNJ nº 149/2023 - arts. 42 a 51, e arts. 185 a 193) ? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
27	Existem práticas viciosas a serem coibidas? () SIM (x) NÃO Observações/Providências:
DEMAIS ASPECTOS DE FISCALIZAÇÃO EM RELAÇÃO AO DELEGATÁRIO E AO CARTÓRIO	
28	Estrita observância quanto a cobrança dos emolumentos fixados para a prática dos atos do seu ofício, com a afixação da tabela em local de fácil acesso ao público? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

29	Guarda e manutenção dos livros, papéis e documentos do acervo do cartório em local salubre e sem presença de umidade? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
30	Adoção de sistemas de cópias de segurança, “backup” em mídia eletrônica, digital ou outro método hábil a sua preservação, abrangendo todos os livros obrigatórios, com periodicidade inferior a 30 (trinta) dias? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
31	Capacidade técnica plena do escrevente substituto para, nas eventuais ausências ou impedimento, substituir o delegatário? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
32	Respeito ao princípio da territorialidade na prática dos atos? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
33	Respeito à vedação legal no funcionamento de sucursais do serviço? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
34	Existência e regularidade do Livro de Visitas e Correições (Prov. CNJ nº 149/2023, art.185, I)? () SIM (X) NÃO Observações/Providências:
35	Existência e regularidade do Livro Diário Auxiliar da Receita e da Despesa (Prov. CNJ nº 149/2023, art. 185, II)? As despesas lançadas no livro resultam da prestação do serviço delegado, estando rigorosamente dentre aquelas autorizadas pelo art. 8º do Provimento 45/2015 da Corregedoria Nacional de Justiça (Prov. CNJ nº 149/2023, art. 8º, “a” a “m”)? Está sendo visado anualmente pelo Juízo Corregedor? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
36	Existência e regularidade do Livro Controle do Depósito Prévio, nos cartórios cujo serviço o admitam (Prov. CNJ nº 149/2023, art. 185, III)? (X) SIM () NÃO () INAPLICÁVEL Observações/Providências:
37	O Sistema Justiça Aberta Extrajudicial do Conselho Nacional de Justiça é alimentado com dados semestrais atualizados da serventia, do delegatário, arrecadação e repasses? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
38	O(A) Oficial(a) acessa diariamente o Processo Judicial Eletrônico das Corregedorias – PJeCOR, Malote Digital do Conselho Nacional de Justiça – CNJ e o E-mail Oficial disponibilizado pela Corregedoria, que são o meio de comunicação oficial entre os serviços notariais e de registro e entre estes e os órgãos do Poder Judiciário do Estado do Pará? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
39	A Serventia possui registro de conteúdo eletrônico de todos os atos notariais e registrais de seu escritório, conforme determina o Provimento n.º 149/2023 (art. 149) do CNJ? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

40	<p>A serventia oferece o serviço de cópias reprográficas? Qual o valor? (Verificar se a informação está ostensiva, pois é obrigatória e se os preços são módicos)</p> <p>() SIM (x) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
DA CORRETA UTILIZAÇÃO DOS SELOS DIGITAIS	
41	<p>A serventia mantém sistema eletrônico compatível com os padrões definidos pelo código de normas para recepção dos atos praticados pelos sistemas de informação do Tribunal de Justiça e pela documentação de integração? (Pedir para ver o sistema)</p> <p>(x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
42	<p>Os selos de fiscalizações estão sendo utilizados, obedecendo-se a ordem cronológica? (Pedir para ver o sistema - não sendo obedecida, deve-se comunicar a CGJ para cancelamento de todos os selos fora de ordem, para não configurar quebra de sequência)</p> <p>(x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
43	<p>Os selos estão sendo inseridos eletronicamente na última folha dos atos praticados – art. 149 e 150 do Código de Normas, acompanhado do carimbo da serventia e do sinal público do responsável pelo ato, de modo que fique assegurada a plena visualização de todos os itens do Selo Digital?</p> <p>(Somente é permitida a impressão de etiquetas em atos que não comportem inclusão eletrônica, tais como autenticação, reconhecimento e dut do detran, e, nos demais atos, tais como certidões, escrituras, procurações e etc... verificar se o selo se encontra inserido eletronicamente na última folha do documento).</p> <p>(x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
44	<p>No caso da utilização de etiqueta autoadesiva, é lançado sobre parte da etiqueta aplicada ao documento o carimbo da Serventia e a rubrica do responsável ou de seu preposto, permanecendo sempre legível a numeração do Selo Digital utilizado. (art. 149 do Código do Código de Normas)?</p> <p>(x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
45	<p>Os selos de fiscalização estão de acordo com os padrões definidos pelo Código de Normas e documentação de integração? (Tamanho, dados e informações – pedir para ver alguns selos utilizados)</p> <p>(x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
46	<p>Os atos selados estão sendo enviados imediatamente após suas conclusões, em documento html, ao sistema de informação do tribunal de justiça?</p> <p>(x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: feito de forma imediata.</p>
47	<p>A serventia possui pendência de declaração de selos utilizados? (Consultar o sistema – SIAE ou pedir informações prévias ao setor de arrecadação)</p> <p>(X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
48	<p>A serventia ainda possui em seu acervo selos físicos pendentes de devolução ao Tribunal de Justiça? (Consultar previamente a divisão de arrecadação. Caso possua, deve proceder a imediata devolução ao TJ)</p> <p>() SIM (x) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

49	Como a serventia tem procedido quando da necessidade de proceder retificações e cancelamentos de selos? (A serventia deve solicitar autorização Corregedoria para cancelamento e retificação) (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
50	A serventia está obedecendo a determinação do código de normas, no sentido de manter estoque de selos para, no mínimo, 10 (dez) dias, antes de solicitar nova compra, a fim de que os serviços não sofram descontinuidade e prejudique a população? (Alertar que a inobservância a essa regra configura infração disciplinar) (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
51	A serventia está cadastrando as partes envolvidas no ato, no momento da selagem, inclusive com RG e CPF? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
52	Foi feita a conferência dos selos digitais impressos nos livros da serventia em comparação com a consulta pública pelo QR CODE ou pelo portal da TJ/PA, resultando na exata identificação entre os elementos de ambos (ato praticado, livro/folha/termo, valor dos emolumentos, encargos e valor total). (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
CERTIDÕES NEGATIVAS	
53	Em se tratando de serventia vaga, o responsável interino procede ao recolhimento de eventual quantia que, em sua renda líquida, exceda ao teto remuneratório de 90,25% do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, até o dia 10 do mês subsequente, apresentando o respectivo comprovante de pagamento, conforme art. 34 do Provimento Conjunto nº 02/2019-CJRMB/CJCI? (x) SIM () NÃO () INAPLICÁVEL Observações/Providências:
54	Apresentou comprovação do correto recolhimento das taxas de fiscalização (FRJ e FRC)? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
55	Apresentou Certidão Negativa de Débitos perante a Fazenda Pública Municipal pelo CPF do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
56	Apresentou Certidão Negativa de Débitos perante a Fazenda Pública Estadual pelo CPF do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
57	Apresentou cópia da última GPS (Guia da Previdência Social) e GFIP (Guia de Recolhimento do FGTS) , comprovando o uso do CEI (art. 17, II, b; e art. 19, II, g, Instrução Normativa RFB nº 971/2009)? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
58	Apresentou Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT pelo CPF do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

59	Apresentou Certificado de Regularidade do FGTS - CRF pelo CEI do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
60	Apresentou Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União pelo CPF do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
61	Apresentou Comprovante de transmissão da DOI dos últimos 12 (doze) meses, com utilização de Certificado Digital do Titular da Serventia; (x) SIM () NÃO () INAPLICÁVEL Observações/Providências:
PROVIMENTO Nº 149/2023 CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA	
62	O notário ou registrador implantou políticas, procedimentos e controles internos de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo no âmbito da serventia, bem como informou os dados do oficial de cumprimento no Sistema Justiça Aberta? (CNJ, Provimento 149/2023, art. 144) (x) SIM () NÃO () INAPLICÁVEL Observações/Providências:
63	Havendo indícios da prática de crime de lavagem de dinheiro ou de financiamento do terrorismo, ou de atividades a eles relacionadas, é observado o prazo de um dia útil após o exame da operação ou proposta de operação para comunicação ao Coaf? (CNJ, Prov. n. 149/2023, art. 151, caput) (x) SIM () NÃO () INAPLICÁVEL Observações/Providências:
64	O notário ou registrador, ou seu oficial de cumprimento, informa a CGJ-PA, até o dia 10 dos meses de janeiro e julho, a inexistência, nos 6 meses anteriores, de operação ou proposta suspeita passível de comunicação ao Coaf? (CNJ, Prov. n. 149/2023, art. 153) (x) SIM () NÃO () INAPLICÁVEL Observações/Providências:
65	O notário ou registrador, ou o oficial de cumprimento atende às requisições formuladas pelo Coaf e pelo CNJ na periodicidade, forma e condições por eles estabelecidas, com a preservação do sigilo das informações prestadas? (CNJ, Prov. n. 149/2023, art. 178) (x) SIM () NÃO () INAPLICÁVEL Observações/Providências:
66	O notário ou registrador mantém cadastro dos envolvidos, inclusive representantes e procuradores, nos atos notariais protocolares e de registro com conteúdo econômico? (CNJ, Prov. n. 149/2023, art.145, caput) (x) SIM () NÃO () INAPLICÁVEL Observações/Providências:
67	O notário ou registrador mantém cadastro das pessoas físicas envolvidas, inclusive representantes e procuradores, nos atos notariais protocolares e de registro com conteúdo econômico, com todos os dados elencados no art. 145, § 1º do Prov. n. 149/2023, CNJ ? (x) SIM () NÃO () INAPLICÁVEL Observações/Providências:
68	O notário ou registrador mantém cadastro das pessoas jurídicas envolvidas, inclusive representantes e procuradores, nos atos notariais protocolares e de registro com conteúdo econômico, com todos os dados elencados no art. 145, § 2º do Prov. n. 149/2023, CNJ? (x) SIM () NÃO () INAPLICÁVEL Observações/Providências:
PROVIMENTO CNJ Nº 74/2018 – PADRÕES MÍNIMOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (ART. 206 DO PROV. CNJ 149/2023)	
69	A serventia apresentou laudo técnico certificando que está adequada aos padrões mínimos de segurança atendendo as exigências técnicas do Provimento nº 74/2018 do Conselho Nacional de Justiça? (x) SIM () NÃO Observações/Providências: LAUDO APRESENTADO Caso a serventia não apresente laudo técnico, devem ser preenchidos integralmente os itens abaixo:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

70

Em relação aos parâmetros definidos no Provimento 74/CNJ, a serventia está enquadrada em que classe?

- classe 1 (arrecadação de até R\$ 100.000,00 por semestre)
 classe 2 (arrecadação de R\$ 100.000,00 a R\$ 500.000,00 por semestre)
 classe 3 (arrecadação superior a R\$ 500.000,00 por semestre)

OBS – 1. Informações disponíveis no site da Corregedoria de Justiça

Possui rede elétrica devidamente aterrada?

- SIM NÃO

Observação:

Possui nobreak compatível com os servidores instalados, com autonomia de pelo menos 30 minutos?

- SIM NÃO

Observação:

Link de comunicação de dados megabits:*

- 2 Megabits 5 Megabits 10 Megabits Mais de 10 Megabits

Observação:

Possui local técnico isolado dos demais ambientes (alvenaria ou divisórias), com restrição de acesso por chave?

- SIM NÃO

Observação:

Possui local com refrigeração compatível com a quantidade de equipamentos e metragem?

- SIM NÃO

Observação:

Possui dispositivo de armazenamento (storage):

- inexistente físico virtual

Observação:

Possui serviço de cópias de segurança na internet (backup em nuvem)?

- SIM NÃO

Observação:

Possui servidor com sistema de alta disponibilidade que permita a retomada do atendimento à população em até 15 minutos após eventual pane do servidor principal?

- SIM NÃO

Observação:

Possui impressoras e scanners (multifuncionais)?

- SIM NÃO

Quantos? (especificar) 12 scanner 6 impressoras

Observação:

Possui switch para a conexão de equipamentos internos?

- SIM NÃO

Observação:

Possui roteador para controlar conexões internas e externas?

- SIM NÃO

Observação:

Possui softwares licenciados para uso comercial?

- SIM NÃO. Especificar

Observação:

Possui software antivírus e antissequestro?

- SIM NÃO

Observação:

Possui firewall?

- SIM NÃO

Observação:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

	<p>Possui proxy? (x) SIM () NÃO Observação:</p> <p>Possui banco de dados? (x) SIM () NÃO Observação:</p> <p>Quantos funcionários do cartório treinados na operação do sistema e das cópias de e segurança ou de empresa contratada que preste o serviço de manutenção técnica com suporte? Observação: Foi apresentado laudo de conformidade ao Provimento 74 pela empresa contratada (Fourtek), bem como possui dois funcionários treinados na serventia. Fourteck, Dhavid e Talles</p>
PROVIMENTO CNJ 149/2023 E CGJ Nº 10/2021 - TRATAMENTO E PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS - LGPD	
71	<p>A serventia mantém, em sua unidade, um sistema de controle do fluxo abrangendo a coleta, tratamento, armazenamento e compartilhamento de dados pessoais, até a restrição de acesso futuro? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
72	<p>A serventia mantém, em sua unidade, política de privacidade que descreva os direitos dos titulares de dados pessoais, de modo claro e acessível, os tratamentos realizados e a sua finalidade? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
73	<p>A serventia já indicou o Encarregado de Proteção de Dados Pessoais, mantendo, em sua unidade, um canal de atendimento adequado para informações, reclamações e sugestões ligadas ao tratamento de dados pessoais, com fornecimento de formulários para essa finalidade (art. 84, I e art. 88 do Provimento CNJ 149/2023)? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
74	<p>A serventia mantém, em sua unidade, em local de fácil visualização e consulta pelo público, bem como em seus meios de comunicação, as medidas sobre o cumprimento da lei de proteção de dados, divulgando as informações básicas a respeito dos dados pessoais e procedimentos de tratamento, os direitos dos titulares dos dados, o canal de atendimento disponibilizado aos titulares de dados para que exerçam seus direitos e os dados de qualificação do encarregado, com nome, endereço, e meios de contato? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
75	<p>A serventia mantém em sua unidade formulário para terceiros preencherem e assinarem o requerimento para obtenção de informações? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
PROVIMENTO CNJ 149/2023 – CNJ (SISTEMA ELETRÔNICO DE REGISTROS PÚBLICOS)	
76	<p>A Serventia está integrada tecnologicamente ao SERP – Sistema Eletrônico de Registros Públicos, instituído pela Lei nº 14.382 de 27.06.2022? (A total integração entre os Operadores Nacionais – ON – RCPN, ON-TDPJ e ONR ao ONSERP deve ocorrer em até 90 dias, contados de 03.02.2023)</p> <p>(x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
TÓPICO DE ENCERRAMENTO	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

78	Foram sanadas todas as irregularidades apontadas no relatório da inspeção realizada no ano anterior? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
-----------	---

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO - REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS	
1	Mantém arquivados os documentos necessários à lavratura dos atos de seu ofício? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
2	Todos os livros da serventia contêm as assinaturas, rubricas, números de páginas e termos de abertura e encerramento obrigatórios aos atos e à escrituração? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
3	São feitas as remissões recíprocas e encaminhadas as comunicações com resumo do assento, dos registros ou averbações levadas a efeito na Serventia, ao oficial em cujo cartório estiverem os registros primitivos, no prazo de cinco dias, consoante o disposto nos arts. 106 e 107 da Lei Federal 6.015/73? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
4	São feitas as anotações nos atos anteriores das comunicações recebidas de outras serventias no prazo de cinco dias consoante disposto no arts. 106 e 107 da Lei Federal 6.015/73? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
5	Os editais de proclamas de casamento são afixados em local ostensivo da Serventia e publicados na imprensa local, consoante o disposto no art. 67, §1º, da Lei Federal 6.015/73? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
6	É mantida rigorosamente atualizada a escrituração do Livro “D – de registro de proclamas”, prevista nos arts. 33, inc. VI, e 43, ambos da Lei Federal 6.015/73? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
7	Há juiz de paz na serventia? Como é feita sua remuneração? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

8	<p>É observada a territorialidade para a lavratura dos assentos de nascimento (lugar em que tiver ocorrido o parto ou no lugar da residência dos pais), conforme dispõe o art. 50, caput, da Lei Federal 6.015/73? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
9	<p>É observada a territorialidade para a lavratura dos assentos de casamento (distrito de residência de ao menos um dos nubentes), conforme dispõe o art. 67, caput, da Lei Federal 6.015/73? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
10	<p>É observada a territorialidade para a lavratura dos assentos de óbitos (lugar do falecimento ou no lugar de residência do <i>de cuius</i>), conforme dispõe o art. 77, caput, da Lei Federal 6.015/73? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
11	<p>O registro tardio de nascimento é feito no lugar de residência do interessado mediante requerimento, impressão datiloscópica e fotografia do registrando, com 2 (duas) testemunhas devidamente qualificadas e entrevistadas pelo Oficial e demais requisitos do Provimento nº 149/2023 do Conselho Nacional de Justiça?</p> <p>(<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
12	<p>São encaminhadas ao Juiz competente as certidões de registro de nascimento onde foi estabelecida apenas a maternidade, consoante o disposto no art. 2º da Lei Federal 8.560/92? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p> <p>Deve ser orientada a encaminhar pelo Sistema PJE, assim como todos os demais procedimentos de consulta e dúvida. (classe 123 – averiguação de paternidade/assunto 5804 – investigação de paternidade)</p>
13	<p>Finalizado o procedimento de alteração de nome previsto nos artigos 55 e 56 da Lei 6015/73, têm sido feitas as comunicações necessárias aos órgãos de identificação civil e TSE, preferencialmente por meio eletrônico? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
14	<p>Está sendo cumprido o Provimento CNJ nº 149/2023 quanto aos itens abaixo?</p> <ul style="list-style-type: none">- prestar as informações suficientes para individualizar a pessoa requerente (nome anterior, nome atualizado, nome dos pais, data de nascimento, documento de identidade e CPF), em documento cuja autenticidade possa ser verificada; (X) SIM () NÃO- informar à pessoa interessada que a retificação do seu prenome no Cadastro Eleitoral deverá ser por ela requerida à Justiça Eleitoral, mediante operação de revisão, o que é indispensável para possibilitar que certidões eleitorais e o caderno de votação contemplem o nome atual (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO <p>Observações/Providências:</p>
15	<p>Encontram-se afixadas, nas dependências da serventia, em local de grande visibilidade, que permita fácil leitura e acesso ao público, informações claras sobre a gratuidade para a lavratura dos assentos de nascimento e de óbito, bem como pela emissão das respectivas primeiras certidões, conforme disposto no art. 30, §3º-C, da Lei Federal 6.015/73? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

16	<p>É observado o sistema de plantão nos sábados, domingos e feriados, conforme art. 4º, §1º, da Lei Federal 8.935/94? Possui aviso ao público do horário e local do plantão da serventia?</p> <p>(X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
17	<p>Nos assentos de nascimento e óbito é obedecida pelo registrador, a grafia correta no nome dos registrandos, bem como é observada a vedação legal de registro de prenomes que exponham ao ridículo?</p> <p>(X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
18	<p>Antes da lavratura de qualquer registro de nascimento, a serventia realiza consulta prévia à Central de Informações de Registro Civil das Pessoas Naturais - CRC, a fim de verificar a existência de registro de nascimento lavrado com o mesmo número de Declaração de Nascido Vivo-DNV, conforme Recomendação nº 43/CNJ/2019?</p> <p>(X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
19	<p>Está sendo obedecido o prazo de 48h (quarenta e oito horas) para encaminhamento dos dados registrais das pessoas em estado de vulnerabilidade socioeconômica, para os Institutos de Identificação, para efeito de emissão de registro de identidade, nos termos do Provimento 149/2023 -CNJ?</p> <p>(X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
20	<p>Os registros de nascimento e os assentos de óbitos contêm os requisitos exigidos, respectivamente, dos arts. 54 e 80 da Lei Federal n. 6.015/73, bem como seguem os padrões mínimos definidos pelo Provimento 63/2017- CNJ e Provimento 149/2023-CNJ?</p> <p>(X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
21	<p>A Serventia formaliza a notificação ao Juiz Corregedor Permanente, Ministério Público e/ou Polícia em caso de registros de nascimento quando a mãe é menor de 14 anos?</p> <p>(X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
22	<p>São atendidas as determinações do Provimento nº 149/2023 do CNJ que instituiu a Central de Registro Civil – CRC, quanto às digitalizações, alimentação, pedidos de certidões e encaminhamento das comunicações dos registros e averbações feitos na serventia?</p> <p>(X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: O acervo da atual gestão estão todos integrados à CRC. O acervo pretérito ainda há pendências, foi relatado em correição, que há problemas em relação a inserção dos dados no CRC, pois esta exige informações não constantes no registro, por exemplo, CPF dos pais do registrando.</p>
23	<p>O acervo da serventia está digitalizado e integrado aos sistemas CRC e SIRC?</p> <p>(X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
24	<p>São encaminhadas as comunicações mensais ao INSS, IBGE, Junta de Serviço Militar do Município, Secretaria de Saúde, Justiça Eleitoral, DETRAN e demais repartições e autoridades, consoante disposto no art. 49 da Lei Federal 6.015/73?</p> <p>(X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

25	Foram sanadas todas as irregularidades apontadas no relatório da inspeção realizada no ano anterior?(X) SIM () NÃO Observações/Providências:
26	A serventia está cumprindo as disposições do Provimento 149/2023-CNJ que trata sobre o cadastro, no Justiça Aberta, das unidades interligadas em funcionamento nos hospitais e maternidades? () SIM (X) NÃO Observações/Providências:
27	Providências a serem adotadas:

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO - RTD/RCPJ

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOSE CIVIS DAS PESSOAS JURÍDICAS	
1	O Livro "A" Protocolo possui colunas destinadas a todas as anotações a que se refere o art. 135 da Lei Federal 6.015/73? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
2	Na escrituração do Livro "A" Protocolo são observados todos os requisitos previstos art. 146 da Lei Federal 6.015/73? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
3	3. A escrituração do Livro "A" Protocolo é encerrada diariamente, consoante o disposto no art. 150, parágrafo único e art. 154 da Lei Federal 6.015/73? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
4	São mantidos em arquivo todos os documentos relacionados aos atos de seu ofício? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
5	São anotadas no Livro de Protocolo, depois de concluídos os lançamentos nos livros respectivos, as referências ao número de ordem sob o qual tiver sido feito o registro ou a averbação, no livro respectivo, conforme previsto nos art. 135, parágrafo único, c/c art. 149, ambos da Lei Federal nº 6.015/73? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
6	É observada a competência do Registro Público de Empresas Mercantis a cargo das Juntas Comerciais, abstendo-se a serventia de registrar atos constitutivos de sociedade empresária, nos termos do art. 1.150 do Código Civil? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
7	Nos casos de documento que contenha obra intelectual, o usuário é orientado a proceder ao registro na forma dos arts. 17 a 20 da Lei Federal 5.988/73, para garantia dos direitos sobre a respectiva propriedade? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

8	São lavrados nas colunas das anotações no livro competente, à margem dos respectivos registros os certificados de notificação ou da entrega de registros, conforme o disposto no art. 160, §1º, da Lei Federal 6.015/73? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
9	É mantida rigorosamente atualizada a escrituração do Livro “D” Indicador Pessoal (art. 132, inciso IV, e art. 138 da Lei Federal 6.015/73)? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
10	Na escrituração do “Livro B, para matrícula das oficinas impressoras, jornais, periódicos, empresas de radiodifusão e agências de notícias” são observados todos os requisitos previstos nos arts. 122, 123 e 126 da Lei Federal 6.015/73? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
11	Para o registro das sociedades, fundações e partidos políticos são observados todos os requisitos previstos no art. 120 da Lei Federal 6.015/73? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
12	Como são mantidos os arquivos dos exemplares de contratos, atos, estatutos e publicações, registrados ou averbados? são arquivados e encadernados por períodos certos (mês, bimestre, trimestre, semestre, ano), acompanhados de índice que facilite a busca e o exame? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
13	A serventia possui todos os livros próprios da atribuição de RTD/RCPJ, conforme legislação em vigor? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
14	Existem pendências na central de serviços eletrônicos compartilhados quanto ao intercâmbio de documentos eletrônicos e de informações? (Prov. CNJ 149/2023) () SIM (X) NÃO Observações/Providências:
15	Existem pendências na central de serviços eletrônicos compartilhados quanto a recepção e o envio de títulos em formato eletrônico? (Prov. CNJ 149/2023) () SIM (X) NÃO Observações/Providências:
16	Existem pendências na central de serviços eletrônicos compartilhados quanto a expedição de certidões e a prestação de informações? (Prov. CNJ 149/2023) () SIM (X) NÃO Observações/Providências:
17	Existem pendências na central de serviços eletrônicos compartilhados quanto a formação de repositórios registrais eletrônicos para o acolhimento de dados e o armazenamento de documentos? (Prov. CNJ 149/2023) () SIM (X) NÃO Observações/Providências:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

18	Existem pendências na central de serviços eletrônicos compartilhados quanto a recepção de títulos em formato físico para fins de inserção no próprio sistema e envio para cartório de outra comarca? (Prov. CNJ 149/2023) () SIM (X) NÃO Observações/Providências:
19	A serventia está cumprindo a Orientação Institucional nº 002/2023 do IRTDPJ (obrigatoriedade de adesão à Redesim), disponibilizada para todos os cartórios do Estado do Pará a partir de novembro/2023? * Item inserido para as Correições em 2024 por força de Decisão/Ofício Circular expedida no PJECor nº 0004223-03.2023.2.00.0814 (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
20	Foram sanadas todas as irregularidades apontadas no relatório de correição realizada no ano anterior? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
21	Providências a serem adotadas:

MODELO DE RELATÓRIO DE CORREIÇÃO – REGISTRO DE IMÓVEIS

REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS	
1	Os títulos apresentados são protocolizados no momento de sua entrada na Serventia, consoante o disposto no art. 182 da Lei Federal 6.015/73, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 12 daquela Lei?? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
2	É fornecida à parte documento comprobatório do protocolo dos títulos contendo seu número de ordem? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
3	A escrituração do Livro nº 01 – Protocolo é encerrada diariamente, consoante o disposto no art. 184 da Lei Federal 6.015/73? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
4	Na escrituração do Livro n. 01 – Protocolo - tem-se observado o disposto no art. 175 da Lei Federal 6.015/73? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
5	São canceladas as prenotações, decorridos 20 (vinte) dias do seu lançamento no Protocolo, dos títulos não registrados por omissão do interessado em atender às exigências legais, consoante o disposto no art. 205 da Lei Federal 6.015/73? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
6	Na escrituração do Livro n. 02 – Registro Geral - tem-se observado o disposto no art. 176 da Lei Federal n. 6.015/73? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

7	<p>É mantida rigorosamente atualizada a escrituração do “Livro nº 4 – Indicador Real” (art. 173, inciso IV, e art. 179 da Lei Federal 6.015/73) e do “Livro nº 5 – Indicador Pessoal” (art. 173, inciso V, e art. 180 da Lei Federal 6.015/73), os quais poderão ser substituídos pelo sistema de fichas? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
8	<p>Os livros da serventia contêm as assinaturas, rubricas, números de páginas e termos de abertura e encerramento obrigatórios aos atos e à escrituração? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
9	<p>Para os atos relacionados com a primeira aquisição imobiliária para fins residenciais, financiada pelo Sistema Financeiro da Habitação (SFH), é concedida a redução de 50% (cinquenta por cento) prevista no art. 290 da Lei Federal 6.015/73? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
10	<p>São mantidos em arquivo todos os documentos relacionados aos loteamentos, consoante o disposto no art. 18 da Lei Federal 6.766/79 e incorporações imobiliárias, cf art. 32 da Lei 4591/64? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
11	<p>Em relação à pergunta anterior, no caso de não serem regularmente apresentados os documentos exigidos, o oficial fez o registro, ou suscitou dúvida na forma devida? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
12	<p>Para individualização e discriminação das unidades imobiliárias, é observado o disposto no art. 44 Lei 4.591/64? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
13	<p>É encaminhada à Secretaria da Receita Federal a “Declaração sobre Operações Imobiliárias – DOI”, consoante o disposto no art. 15 do Decreto-Lei nº 1.510/76 c/c Instrução Normativa SRF nº 1.112/2010? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
14	<p>A serventia fiscaliza o recolhimento dos tributos incidentes sobre os atos de sua competência? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
15	<p>Definida nova circunscrição geográfica do imóvel matriculado, o oficial da nova circunscrição encaminha, por meio de ofício, no prazo de 05 (cinco) dias, certidão da abertura da matrícula ao oficial da circunscrição anterior, a fim de que este proceda à respectiva averbação, acompanhado dos emolumentos e taxas devidos, cobrados do interessado na abertura da nova matrícula? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

16	<p>Na hipótese acima, o ofício e a respectiva certidão são arquivados em ambos os serviços registrais, sendo que o receptor arquiva os originais e o expedidor uma cópia? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
17	<p>São observadas as disposições dos arts. 878 do CN referentes às aquisições de imóveis rurais por estrangeiros? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
18	<p>Todas as aquisições e arrendamentos de imóveis rurais por estrangeiros são trimestralmente comunicadas ao INCRA e mensalmente à Corregedoria-Geral de Justiça? Conforme determina o art. O art. 879 do CNSNR/PA. Elas têm sido atualizadas no CNIB? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
19	<p>A abertura de matrícula e registro de terra indígena com demarcação homologada e averbação da existência de demarcação de área indígena homologada e registrada em matrículas de domínio privado incidentes em seus limites tem observado as disposições do Provimento 149/2023-CNJ? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
20	<p>São atendidas as determinações do provimento nº 89/2019 (CNJ) relativas ao Sistema de Registro Eletrônico de imóveis - SREI (, quanto as digitalizações, alimentação, pedidos de certidões e carga das informações? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
21	<p>As notas de exigências são apresentadas de forma clara, de uma única vez, com a indicação expressa da regra legal ou administrativa, ou princípio jurídico que o fundamente, conforme exigido pelo Provimento 07/2022-CGJ? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
22	<p>O procedimento de suscitação de dúvida obedece as determinações do art. 198 da Lei 6015/73? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
23	<p>São adotadas todas as medidas necessárias ao fiel cumprimento do art. 231, § 6º, da CF/88; art. 246, §§ 3º e 4º, e art. 250, IV, da Lei n.º 6.015/73, para que sejam declarados nulos e ineficazes os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio ou a posse de terras indígenas? (Meta 17 do CNJ) (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
24	<p>O oficial apura e recolhe a cota de participação do FIC/SREI, efetuando o pagamento até o último dia de cada mês?(Provimento CNJ nº 115/2021) (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
25	<p>A serventia extrajudicial cumpre os arts. 7º e 14 do Provimento 39 do CNJ e consulta o banco de dados da Central Nacional de Indisponibilidade de Bens - CNIB, consignando no ato notarial o resultado da pesquisa e o respectivo código gerado (hash), no desempenho regular de suas atividades e para a prática dos atos de ofício? (CNJ, Prov. n. 39/2014) (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

26	<p>O Cartório verifica diariamente a Central de Indisponibilidade de bens (CNIB)? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO</p> <p>Consignar data do último acesso: 14/03/24</p> <p>Observações/Providências:</p>
27	<p>A serventia extrajudicial cumpre o art. 8º do Provimento 39 do CNJ e verifica, pelo menos na abertura e uma hora antes do encerramento do expediente, se existe comunicação de indisponibilidade de bens para impressão ou importação (XML) para seu arquivo, visando o respectivo procedimento registral? (CNJ, Prov. n. 39/2014) (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
28	<p>O cartório mantém livro auxiliar atualizado para o cumprimento do disposto no artigo 10 da Lei nº 5.709/1971? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
29	<p>O Oficial tem procedido às averbações de bloqueio e cancelamento determinadas pelos Provimentos nº 13/2006-CJCI e 02/2010-CJCI, bem como intimado o interessado para formalizar a requalificação de que trata o Provimento Conjunto nº 006/2023-CRMB/CJCI? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
30	<p>O Oficial mantém registro em banco de dados próprio e no SIAE (instrução 02/2021-CGJ) das averbações de bloqueio, desbloqueio, cancelamento e requalificação efetuadas? (pedir para ver os controles) (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
31	<p>O oficial está cumprindo as disposições do Provimento 08/2021-CGJ, que alterou a redação do art. 5º do Provimento Conjunto 08/2013-CJCI/CRMB e mantendo banco atualizado relacionando as matrículas abertas bloqueadas, desbloqueadas, canceladas e requalificadas com base nas disposições do referido ato normativo? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO</p> <p>Observação:</p>
32	<p>Estão sendo praticados os respectivos atos eventualmente existentes na CNIB (ordens e cancelamentos), dentro do prazo disposto em lei? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
33	<p>O Cartório acessar diariamente a Central de Registradores de Imóveis, no portal Ofício Eletrônico (ARISP/ONR), verificando todas as solicitações existentes: Pedidos de certidões, E-protocolo, pesquisa de bens, penhora online, intimações e ofícios? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
34	<p>As solicitações recebidas pelo portal Ofício Eletrônico (ARISP/ONR) são atendidas/prenotadas no mesmo dia? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
35	<p>O Cartório está em dia quanto ao transporte das imagens das matrículas (Exportador de Imagens) para a ONR com seus atos devidamente atualizados? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

36	É observado o disposto no artigo 8º, §3º, da Lei Federal nº 5.868/1972 nas escrituras públicas envolvendo imóvel rural, que não podem possuir área menor que o módulo rural previsto para a região? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
37	É observado o disposto no artigo 4º, inciso II, da Lei Federal nº 6.766/1979 nas escrituras públicas envolvendo imóvel urbano, que não podem possuir área menor que 125m² (cento e vinte e cinco metros quadrados)? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
38	Foram sanadas todas as irregularidades apontadas no relatório de correição anterior? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
	Providências a serem adotadas:

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO – TABELIONATO DE NOTAS

TABELIONATO DE NOTAS	
1	A Serventia possui todos os livros próprios das atribuições de Tabelionato de Notas, conforme legislação em vigor? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
2	Mantém arquivadas as certidões e os documentos necessários à lavratura de escrituras relacionadas às transações imobiliárias, consoante o disposto na Lei Federal 7.433/85 e Decreto 93.240/86? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
3	Mantém fichário de cartões de autógrafo? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
4	No reconhecimento de firmas, dentre os requisitos exigidos, tem sido mencionada a sua espécie (autenticidade ou semelhança), bem como o nome do signatário por extenso e de modo legível, inclusive quando houver mais de uma assinatura? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
5	É observada a vedação do reconhecimento de firma em documentos sem data, pós-datado, incompleto ou que contenha espaços em branco? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

6	Decorrido o prazo de 30 (trinta) dias da data da lavratura, a escritura não assinada pelas partes faltantes é tornada sem efeito? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
7	O tabelião, substituto ou escrevente, bem como as demais pessoas que comparecem aos atos, rubricam todas as folhas utilizadas? As rubricas são colhidas na margem que não é destinada à encadernação? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
8	Nos livros de folhas soltas, logo que concluídos, são lavrados os termos de encerramento, com posterior encadernação (art. 87, § 2º do Código de Normas)? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
9	A Serventia já está integrada no Sistema de Atos Notarias Eletrônicos – e-Notariado, nos termos pelo Provimento 149/2023-CNJ? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
10	A Serventia já institui a matrícula notarial eletrônica, nos termos do art. 295 do Provimento 149/2023-CNJ? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
11	Remete ao CENSEC, até o 15º (décimo quinto) dia de cada mês subsequente ao da lavratura, relação dos inventários, partilhas, separações, divórcios, testamentos e suas revogações realizadas no mês anterior e demais determinações dos Provimentos nº 149/2023 e nº 56/2016 do CNJ? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
12	Preenche, obrigatoriamente, antes da assinatura do ato, ficha padrão ou cartão de autógrafo das partes que pratiquem atos translativos de direitos, de outorga de poderes, de testamento ou de relevância jurídica? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
13	O Livro de Registro de Assinaturas para Reconhecimento de Firma Autêntica ou Verdadeira contém todos os elementos constantes do Capítulo XII do CN (Provimento Conjunto nº 02/2019-CJRMB/CJCI)? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
14	O tabelião informa ao Colégio Notarial do Brasil, em até 15 dias, os dados para alimentação ou atualização dos dados que compõem o Cadastro Único de Clientes do Notariado (CCN)? (CNJ, Prov. n. 149/2023-CNJ) (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
15	Observa rigorosamente as formalidades necessárias à lavratura de testamentos, conforme disposto no artigo 20, § 4º, a Lei nº 8.935/1994 c/c artigo 1.864 e seguintes do Código Civil, (X) SIM () NÃO Observações/Providências:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

16	<p>O tabelião consulta a base de dados do Cadastro Único de Beneficiários Finais, com a complementação das informações com outras que puder extrair dos documentos disponíveis, para os fins de identificação do beneficiário final da operação? (CNJ, Prov. n. 149/2023, art. 167, § 3º)</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
17	<p>Existem pendências na central (CENSEC), nos diversos módulos, quanto a alimentação sobre escrituras e procurações públicas lavradas ou informação negativa da prática destes atos? (CNJ, Prov. 149/2023)</p> <p><input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
18	<p>Existem pendências na central (CENSEC), nos diversos módulos, quanto a carga das informações dos atos notariais já lavrados, realizada regressivamente? (CNJ, Prov. 149/2023)</p> <p><input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
19	<p>A serventia extrajudicial cumpre os arts. 7º e 14 do Provimento 39 do CNJ, efetuando consulta o banco de dados da Central Nacional de Indisponibilidade de Bens – CNIB, consignando no ato notarial o resultado da pesquisa e o respectivo código gerado (hash), no desempenho regular de suas atividades e para a prática dos atos de ofício?</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
20	<p>Nos últimos três meses a Serventia formalizou alguma Escritura Pública de área rural a pessoa física ou jurídica estrangeira, assim considerada nos termos da legislação em vigor? Nelas, tem sido observadas as exigências do art. 9º e seu parágrafo único da Lei Federal n. 5.709/71, bem como o Decreto 74.965/74?</p> <p><input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
21	<p>É observado o disposto no artigo 8º, §3º, da Lei Federal nº 5.868/1972 nas escrituras públicas envolvendo imóvel rural, que não podem possuir área menor que o módulo rural previsto para a região?</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO</p> <p>Observações/Providências: 4 ha.</p>
22	<p>É observado o disposto no artigo 4º, inciso II, da Lei Federal nº 6.766/1979 nas escrituras públicas envolvendo imóvel urbano, que não podem possuir área menor que 125m² (cento e vinte e cinco metros quadrados)?</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
23	<p>Em caso de imunidade tributária, isenção ou não incidência do tributo está sendo mencionado na escritura o dispositivo constitucional ou legal que autoriza ou, se for o caso, referida a certidão expedida pela autoridade fiscal competente sobre o fato, conforme determina o art. 5º do Provimento n. 008/2002 - CGJ?</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
24	<p>A serventia fiscaliza o recolhimento dos tributos incidentes sobre os atos lavrados?</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
25	<p>Qual o último acesso realizado à Central Nacional de Indisponibilidade de Bens – CNIB? (CNJ, Prov. n. 39/2014)</p> <p>____/____/____</p> <p>Observações/Providências:</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

26	Foram sanadas todas as irregularidades apontadas no relatório da correição realizada anterior? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
-----------	---

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO - TABELIONATO DE PROTESTOS

TABELIONATO DO PROTESTO DE TÍTULOS	
1	Os títulos e documentos de dívida recepcionados, apresentados ou distribuídos no horário regulamentar são protocolizados dentro do prazo de 24 (vinte e quatro) horas, obedecendo à ordem cronológica da entrega (art. 8º da Lei 94374/97)? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
2	Os protestos são registrados no prazo legal, sendo o respectivo instrumento entregue ao apresentante com as informações exigidas pelo art. 20 da Lei 9437/97? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
3	As importâncias referentes a títulos resgatados são imediatamente entregues a quem de direito (1º dia útil subsequente ao pagamento)? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
4	O registro do protesto e seu instrumento contêm todos os requisitos legais, consoante o disposto no art. 22 da Lei Federal 9.492/97? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
5	Os documentos que instruem os atos praticados são mantidos em arquivo, consoante o disposto no art. 35 da Lei Federal 9.492/97? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
6	O Livro de Protocolo possui colunas destinadas a todas as anotações previstas no art. 32 da Lei Federal 9.492/97? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
7	A escrituração do livro de Protocolo é encerrada diariamente, constando do termo de encerramento o número de documentos apresentados no dia, sendo a data da protocolização a mesma do termo diário do encerramento, consoante o disposto no art. 32, parágrafo único, da Lei Federal 9.492/97? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

8	<p>O Livro de Registros de Protestos existe (na forma física ou por meio eletrônico, art. 35, §2º, da Lei Federal 9.492/97) e sua escrituração está formalmente regular? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
9	<p>É exigido o reconhecimento de firma nas declarações de anuência para cancelamentos de registro de protesto, conforme o disposto no art. 26, §1º, da Lei Federal 9.492/97? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
10	<p>Os cancelamentos de registro de protesto encontram-se devidamente assinados pelo Tabelião Titular, seus Substitutos ou Escreventes Autorizados, conforme art. 26, §5º, da Lei Federal 9.492/97? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
11	<p>É mantida rigorosamente atualizada a escrituração dos índices a que se refere o art. 34 da Lei Federal 9.492/97, podendo ser elaborados pelo sistema de fichas, microfichas ou banco eletrônico de dados? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
12	<p>A localização dos registros de protestos e seu cancelamento nos índices são feitos de forma rápida e confiável? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
13	<p>As intimações são feitas de modo que o recebimento fique assegurado e comprovado por meio de protocolo, aviso de recebimento – AR ou documento equivalente? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
14	<p>São mantidos devidamente arquivados os mandados judiciais de sustação de protesto, com os respectivos documentos, até o trânsito em julgado da respectiva lide? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
15	<p>O tabelião cumpre o art. 179 do Prov. CNJ n. 149/2023, o qual estabelece que “Não se negará a realização de ato registral ou protesto por falta de elementos novos ou dados novos, estipulados no presente Código”? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
16	<p>Existem pendências na Central Nacional de Serviços Eletrônicos dos Tabeliães de Protesto - CENPROT quanto ao acesso às informações sobre quaisquer protestos válidos lavrados pelos Tabeliães de Protesto de Títulos dos Estados ou do Distrito Federal? (CNJ, arts. 257 a 263 do Prov. n. 149/2023) () SIM (X) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
17	<p>Existem pendências na Central Nacional de Serviços Eletrônicos dos Tabeliães de Protesto - CENPROT quanto à consulta gratuita às informações indicativas da existência ou inexistência de protesto, respectivos tabelionatos e valor? (CNJ, arts. 257 a 263 do Prov. n. 149/2023) () SIM (X) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

18	Existem pendências na Central Nacional de Serviços Eletrônicos dos Tabeliães de Protesto - CENPROT quanto ao fornecimento de informação complementar acerca da existência de protesto e sobre dados ou elementos do registro, quando o interessado dispensar a certidão? (CNJ, arts. 257 a 263 do Prov. n. 149/2023) (<input type="checkbox"/>) SIM (<input checked="" type="checkbox"/>) NÃO Observações/Providências:
19	Existem pendências na Central Nacional de Serviços Eletrônicos dos Tabeliães de Protesto - CENPROT quanto ao fornecimento de instrumentos de protesto em meio eletrônico? (CNJ, arts. 257 a 263 do Prov. n. 149/2023) (<input type="checkbox"/>) SIM (<input checked="" type="checkbox"/>) NÃO Observações/Providências:
20	Existem pendências na Central Nacional de Serviços Eletrônicos dos Tabeliães de Protesto - CENPROT quanto à recepção de declaração eletrônica de anuência para fins de cancelamento de protesto? CNJ, arts. 257 a 263 do Prov. n. 149/2023) (<input type="checkbox"/>) SIM (<input checked="" type="checkbox"/>) NÃO Observações/Providências:
21	Existem pendências na Central Nacional de Serviços Eletrônicos dos Tabeliães de Protesto - CENPROT quanto à recepção de requerimento eletrônico de cancelamento de protesto? (CNJ, arts. 257 a 263 do Prov. n. 149/2023) (<input type="checkbox"/>) SIM (<input checked="" type="checkbox"/>) NÃO Observações/Providências:
22	Existem pendências na Central Nacional de Serviços Eletrônicos dos Tabeliães de Protesto - CENPROT quanto à recepção de títulos e documentos de dívida, em meio eletrônico, para fins de protesto, encaminhados por órgãos do Poder Judiciário, procuradorias, advogados e apresentantes cadastrados? (CNJ, arts. 257 a 263 do Prov. n. 149/2023) (<input type="checkbox"/>) SIM (<input checked="" type="checkbox"/>) NÃO Observações/Providências:
23	Existem pendências na Central Nacional de Serviços Eletrônicos dos Tabeliães de Protesto - CENPROT quanto à recepção de pedidos de certidão de protesto e de cancelamento e disponibilização da certidão eletrônica? (CNJ, arts. 257 a 263 do Prov. n. 149/2023) (<input type="checkbox"/>) SIM (<input checked="" type="checkbox"/>) NÃO Observações/Providências:
24	Foram sanadas todas as irregularidades apontadas no relatório da inspeção realizada no ano anterior? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO Observações/Providências:

OBSERVAÇÕES/PROVIDÊNCIAS:

A Correição Ordinária realizada presencialmente pela Corregedoria-Geral de Justiça no Cartório do Único Ofício de Santana do Araguaia (CSN 06.737-1), ocorreu no dia 15 de março de 2024.

A serventia encontra-se vaga, possui as atribuições de Registro Civil de Pessoas Naturais, Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas, Registro de Imóveis, Tabelionato de Notas e Tabelionato de Protesto e a Sra. Maria Dolores Oliva da Fonsêca Neta responde interinamente pelo serviço.

A serventia observa a jornada de 08:00 às 17:00 horas, sendo que até às 14:30 são realizados atendimentos em geral, a partir das 14:30 até às 17:00 horas são realizados atendimentos agendados, casamentos e trabalho interno.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

A serventia funciona em regime de plantão aos sábados, domingos e feriados, a fim de atender as demandas de Registro Civil das Pessoas Naturais relativas ao nascimento e óbito, em conformidade com o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 8.935/1994 e art. 8º, parágrafo único, da Lei n. 6015/1973, para tanto, trabalha em regime de sobreaviso, disponibilizando o número de telefone celular no whatsapp institucional, no mural localizado na parte interna do cartório, bem como na fachada do prédio.

A serventia possui 22 colaboradores, foi apresentado o Livro de Registro de Empregados, no qual consta apenas a ficha inicial na data da contratação, as atualizações são feitas apenas no sistema da Carteira de Trabalho Digital e E-Social.

A serventia encontra-se identificada, disponibiliza o número de telefone e e-mail. Na fachada do prédio, constam os dias e horário de funcionamento, bem como discrimina todas as atribuições.

O prédio onde funciona a serventia possui excelentes instalações físicas, de modo a proporcionar bom atendimento aos usuários, com conforto, proteção e segurança. O mobiliário é ergonômico e apresenta bom estado de conservação.

O espaço destinado ao público para esperar atendimento é muito bem estruturado, são distribuídas senhas eletrônicas por atribuição, com observância de prioridade.

As acomodações da serventia proporcionam segurança ao arquivamento de livros e documentos. As fichas das matrículas imobiliárias ficam na sala específica da atribuição. Os livros das demais atribuições ficam no arquivo geral, localizado nos fundos do prédio.

A serventia não possui Alvará de Funcionamento, eis que no local não há Corpo de Bombeiros, porém foi constatada a existências de 04 extintores, que se encontram localizados na frente e nos fundos do prédio.

Verificou-se que tanto a Tabela de Emolumentos como o aviso informativo de gratuidade dos serviços não são facilmente visualizados pelo público, a primeira fica apenas nos guinchês de atendimento e o segundo fica disposto na tela de senhas, em letras muito miúdas. A Oficiala Interina foi orientada a disponibilizar a Tabela de Emolumentos e o aviso de gratuidade dos serviços no mural da serventia.

O recibo é fornecido de forma automatizada, com discriminação dos valores dos emolumentos e do selo. A serventia é isenta de ISS por se tratar de serventia não provida.

A Oficiala Interina asseverou que as dúvidas sempre são feitas por meio do PJE.

A serventia não encaderna os livros após a sua finalização, na realidade utiliza pastas classificadoras com folhas plásticas, o que deve ser corrigido a fim de se adequar ao Código de Normas dos Serviços Notariais e de Registro do Estado do Pará que exige encadernação.

O backup do acervo da serventia é feito a cada 30 minutos pela empresa fourtek, há 02 servidores espelhados, além do storage, feito no final do dia.

A Oficiala Interina foi orientada a proceder a abertura do Livro Visitas e Correições, em observância ao art. 185, I, do Provimento n. 149/2023-CNJ, para lavratura da presença dos Desembargadores e Juízes Corregedores, bem como das demais autoridades na serventia.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Realizada consulta ao Livro Diário Auxiliar de Receita e de Despesa, verificou-se que a escrituração permite a identificação do ato, porém as suas folhas são impressas e colocadas em pasta classificadora com folhas plásticas, ou seja, sem a formação de um livro específico. Outrossim, verificou-se que não está sendo visado pelo Juiz Corregedor Permanente da Comarca.

O controle de depósito prévio é feito de forma eletrônica, por meio do sistema TRI7. No entanto, vislumbrou-se a necessidade de instar o responsável pelo referido sistema, a fim de fazer as devidas adequações de modo a permitir a baixa dos valores depositados a partir do momento em que for convertido em emolumentos.

Durante a correição, foi relatado que a serventia possui 7.969 matrículas imobiliárias, destas 5.324 já constam em sistema e foram exportadas para a ONR; o acervo de Registro Civil de Pessoas Naturais já foi 100% digitalizado em PDF, porém nem tudo consta em sistema e o acervo de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas anterior ao ano de 2020 não se encontra em sistema.

Especificamente, com relação ao serviço de Tabelionato de Notas, desde 27/07/2020, data em que a Tabeliã Interina assumiu o serviço, criou-se o hábito de digitalizar os atos e inserir em sistema, porém há pendências quanto aos atos praticados em gestões anteriores.

De acordo com o Relatório Situacional da Divisão do Extrajudicial, a serventia possui 03 selos de segurança pendentes de declaração. O aludido relatório foi remetido via e-mail à serventia para regularização da situação.

Havendo a necessidade em proceder a retificação ou cancelamento dos selos de segurança, a serventia solicita ao Setor de Arrecadação através de expediente próprio ou via sistema SIAE.

Feita a conferência, por amostragem, dos selos digitais inseridos na última folha dos atos praticados em comparação com consulta pública pelo QR Code, os valores dos emolumentos corresponderam.

Durante a correição, foram apresentados os seguintes documentos:

1- Certidão Negativa de Débitos perante a Fazenda Pública Municipal pelo CPF da Oficiala Interina e pelo CNPJ da serventia;

2- Certidão Negativa de Débitos perante a Fazenda Pública Estadual pelo CPF da da Oficiala Interina e pelo CNPJ da serventia;

3- Cópia da última GPS (Guia de Previdência Social) e GFIP (Guia de Recolhimento do FGTS);

4- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT pelo CPF da Oficiala Interina e pelo CNPJ da serventia;

5- Certificado de Regularidade do FGTS – CRF pelo CEI da da Oficiala Interina e pelo CNPJ da serventia;

6- Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União pelo CNPJ da serventia;

7- Comprovante de transmissão da DOI dos últimos 12 (doze) meses.

8- Comprovante do recolhimento da cota de participação do FIC/SREI.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Em relação ao Provimento n. 149/2023 – CNJ concernente a implantação de políticas, procedimentos e controles internos de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo, os 02 Oficiais Substitutos foram designados Oficiais de Cumprimento.

A responsável pela serventia assegurou que havendo indícios de prática de crime dessa espécie é feita a devida comunicação ao COAF. Não obstante, foi orientada a sempre preencher o campo observações para pormenorizar o motivo da comunicação, não bastando apenas informar os códigos do sistema.

Verificou-se que a serventia não informa este Órgão sobre a existência ou inexistência de operação ou proposta suspeita passível de comunicação ao COAF, tendo sido recomendado a proceder dessa forma, nos termos do art. 153 do Provimento n. 149/2023-CNJ.

A Oficial Interina afirmou não ter recebido qualquer solicitação do COAF ou do CNJ.

Tendo, ainda, garantido que mantém cadastro das pessoas físicas e jurídicas envolvidas, inclusive representantes e procuradores nos atos notariais protocolares e de registro de conteúdo econômico, com todos os dados elencados no art. 145, §§ 1º e 2º, do Provimento 149/2023 – CNJ, mediante sistema informatizado

A serventia se enquadra na Classe 03, para os fins do Provimento n. 74/2018 – CNJ. Foi apresentado laudo de conformidade ao Provimento 74/2018-CNJ pela empresa Fourtek, bem como há 02 (dois) funcionários do cartório treinados na operação do sistema e das cópias de segurança.

Com relação ao Provimento 149/2023 – CNJ e Provimento n. 10/2021 (Tratamento de Proteção dos Dados Pessoais – LGPD), a serventia mantém em sua unidade sistema de controle do fluxo abrangendo a coleta, tratamento, armazenamento e compartilhamento de dados pessoais.

A serventia mantém em pasta política de privacidade que descreva os direitos dos titulares de dados pessoais, portanto não de forma ostensiva. A Oficial Interina foi orientada a fixar no quadro de avisos a política de privacidade, bem como incluir no site da serventia.

A serventia disponibiliza em sua unidade formulário para terceiros preencherem e assinarem o requerimento para obtenção de informações.

A serventia não está totalmente integrada ao Sistema Eletrônico de Registros Públicos – SERP, há pendências com relação ao Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas.

Quanto ao serviço de Registro Civil de Pessoas Naturais, a serventia mantém arquivados os documentos necessários à lavratura dos atos em sistema, bem como fisicamente até o período da temporalidade previsto no Provimento n. 50/2015-CNJ.

Feita a análise, por amostragem, no Livro A-52 (Nascimento) e Livro B-16 (Casamento), verificou-se que estes contêm assinaturas, rubricas, números de páginas e termos de abertura e encerramento.

Quanto às comunicações oriundas de outros Serviços de Registro Civil de Pessoas Naturais, e o registro primitivo fizer parte do acervo da serventia, e este consta em livro, as anotações e averbações são feitas em etiquetas, porém se contar em sistema em sistema, a folha é impressa e colocada na pasta.

Os editais de proclamas de casamento são publicadas no e-proclamas, via CRC-Nacional.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Escreventes da serventia são nomeados Juízes de Paz *ad hoc*, mediante portaria do Juiz Corregedor Permanente da Comarca.

Feita a análise, por amostragem, no Livro A-53, Livro B-17 e Livro C-08, verificou-se que é observada a territorialidade para a lavratura, respectivamente, dos assentos de nascimento, casamento e óbito.

Durante a correição, foi relatado que são encaminhadas ao Juiz competente as certidões de registro de nascimento onde foi estabelecida apenas a maternidade, consoante os termos do art. 2º da Lei n. 8.560/1992, isto via PJE.

A serventia possui o sistema TRI7, tendo sido informado que este encontra-se parametrizado com a Central de de Registro Civil – CRC, de modo que há como verificar se a Declaração de Nascido Vivo – DNV já foi utilizada em outro serviço.

Em caso de registro de nascimeneto quando a mãe é menor de 14 anos, a serventia comunica o fato ao Ministério Público e ao Juiz Corregedor Permanente da Comarca, via PJE.

O acervo da atual gestão já se encontra integrado à Central de Registro Civil – CRC, porém há pendência com relação ao acervo pretérito. Foi relatada a dificuldade em inserir alguns dados na referida central, pois exige algumas informações que não constam nos registros, por exemplo, os números dos CPFs dos pais.

De acordo com a Oficiala Interina, não há como instalar unidade interligada em maternidade, sem prejudicar o regular funcionamento da serventia. No entanto, destacou que além de o cartório encontrar-se perto do hospital da cidade, sempre se coloca à disposição do Poder Judiciário nas ações realizadas para a obtenção de documentos.

Quanto ao serviço de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídica, verificou-se que o protocolo é realizado eletronicamente e após impresso, de modo que é mantido tanto no formato físico como eletrônico.

Feita a análise no Livro A2 Protocolo, constatou-se que possui as colunas destinadas a todas as anotações a que se refere o art. 135, bem com os requisitos previstos no art. 146, todos da Lei n. 6.015/1973.

Verificou-se, ainda, que o protocolo é encerrado diariamente, conforme determina o art. 150, parágrafo único, da Lei n. 6.015/1973.

Em correição, verificou-se que são mantidos em arquivo todos os documentos relacionados aos atos de seu ofício, tanto no formato físico como eletrônico.

Ainda não foi praticado na atual gestão qualquer ato de registro de matrícula das oficinas impressoras, jornais periódicos, empresas de radiodifusão e agências de notícias.

A serventia mantém arquivado por mês/ano os exemplares de contratos, atos, estatutos e publicações, registrados ou averbados, tanto fisicamente como no formato eletrônico.

A serventia possui todos os livros próprios da atribuição de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas.

Por ocasião da correição, a serventia não possuía pendências na Central de Serviços Eletrônicos



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Compartilhados.

Quanto ao serviço de Registro de Imóveis, os títulos apresentados tanto pela plataforma da ONR, como fisicamente, são protocolizados no momento de sua entrada na serventia, sendo observada a ordem de apresentação. Tratando-se de casos simples, o orçamento é imediatamente apresentado, porém quando o ato é mais complexo, é repassado ao setor competente para análise.

A serventia fornece ao tomador do serviço documento comprobatório de protocolo de prenotação.

O Livro Protocolo é encerrado diariamente, consoante os termos do art. 184 da Lei n. 6.015/1973, o próprio sistema faz o encerramento.

No protocolo constam os dados do apresentante, a data, o ato do registro com código e valor, bem como o prazo para conclusão do serviço.

O Sistema não cancela automaticamente as prenotações, mas emite alerta do decurso de prazo, portanto exige a intervenção de um colaborador.

Em relação à escrituração do Livro 4 – Indicador Real e Livro 5 – Indicador Pessoal, verificou-se que é feito o controle de forma eletrônica. Quando a nova gestão assumiu o serviço já existia um sistema denominado Kit Cartório. Segundo a Oficial Interina, 100% das informações possuem viabilidade de busca, entretanto para fins de exportação para a ONR, faz-se necessário realizar uma depuração.

A Oficiala Interina afirmou ainda não ter suscitado dúvida ao Juiz de Registros Públicos da Comarca.

No momento da correição foi apresentado o comprovante de remessa à Receita Federal da Declaração sobre Operações Imobiliárias – DOI, em observância ao disposto no art. 15 do Decreto-Lei n. 1.510/76.

Foi relatado que os registros de Santana do Araguaia se originaram de Conceição do Araguaia, existindo uma interlocução permanente entre as serventias, mediante ofício, para fins, respectivamente, de abertura e encerramento de matrícula.

A Oficiala Interina tem conhecimento sobre o disposto no art. 878 do Código de Normas dos Serviços Notariais e de Registro do Pará, referente às aquisições de imóveis rurais por estrangeiro, porém ainda não ocorreu tal situação em sua gestão.

Tampouco foi realizada a abertura de matrícula de registro de terra indígena na atual gestão. Existe apenas uma área indígena pertencente à circunscrição da serventia.

O cartório cumpre os arts. 7º e 14 do Provimento n. 39/2014 – CNJ, efetuando consulta ao banco de dados da Central Nacional de Bens – CNIB, conforme código constante nos registros.

A serventia mantém registro em banco de dados próprio (sistema TRI7) e no SIAE das averbações de bloqueio, desbloqueio, cancelamento e requalificação efetuadas.

De acordo com a Oficiala Interina, foram realizadas algumas regularizações de matrícula, com fundamento no Provimento Conjunto n. 08/2013 – CJRMB/CJCI, porém não existe levantamento.

No momento da correição, a serventia não possuía pendências no portal Ofício Eletrônico.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Quanto ao serviço de Tabelionato de Notas, as certidões e os documentos necessários à lavratura de escrituras relacionadas às transações imobiliárias são digitalizados e arquivados digitalmente, também são arquivados fisicamente.

Os cartões de assinaturas são arquivados digitalmente e fisicamente, respectivamente, no cadastro pessoal e por ordem cronológica na caixa arquivo.

No reconhecimento de firmas, tem sido mencionada a sua espécie (autenticidade ou semelhança). Quando o reconhecimento é por autenticidade, o sistema gera uma folha, a pessoa assina na frente do preposto, e depois o documento é scaneado e inserido em sistema.

Feita a análise, por amostragem, no Livro 09 de Escritura Pública, vislumbrou-se a necessidade de se inutilizar os versos em branco. Os atos são armazenados em pastas com folhas plásticas e são lavrados em folha A-4, tendo-se verificado o mesmo no Livro 10 de Escritura Pública, no Livro n. 059 de Procuração.

Feita a análise, por amostragem, no Livro 060 de Procuração e no Livro n. 10 de Escritura Pública, verificou-se que a Tabeliã ou Substituto, bem como as demais pessoas que comparecem os atos, rubricam todas as folhas utilizadas.

A serventia já está integrada no Sistema de Atos Notariais Eletrônicos – e-Notariado, bem como possui matrícula notarial eletrônica, consoante os termos do Provimento n. 149/123 – CNJ.

No momento da correição, a serventia não possuía pendências na Central Eletrônica Notarial dos Serviços Compartilhados - CENSEC.

A serventia cumpre os arts. 7º e 14 do Provimento n. 39/2014 – CNJ, efetuando consulta ao banco de dados da Central Nacional de Bens – CNIB, consignando no ato notarial o resultado da pesquisa.

Em correição, foi informado que a serventia não formalizou Escritura Pública de área rural à pessoa física ou jurídica estrangeira, nos últimos 03 meses.

Os casos de imunidade tributária, isenção ou não incidência do tributo são comprovados mediante apresentação de certidão do órgão competente.

Quanto ao serviço de Tabelionato de Protesto, os títulos e documentos de dívida recepcionados são protocolizados no sistema TRI7.

Os documentos que instruem os atos praticados são mantido tanto em arquivo digital como físico.

O Livro Protocolo possui as colunas destinadas a todas as anotações previstas no art. 32 da Lei n. 9.492/1997, sendo encerrado diariamente de forma automática pelo sistema, em observância ao art. 32, parágrafo único, da Lei n. 9.492/1997.

O livro de protesto existe apenas por meio eletrônico.

A escrituração dos índices a que se refere o art. 34 da Lei Federal n. 9.492/1997 é feita em sistema.

Quanto às intimações, estas são feitas pessoalmente se realizadas na cidade, e por meio dos correios se realizadas nas zonas rurais.

Os mandados judiciais de sustação de protesto e respectivos documentos são arquivados fisicamente



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

e também scaneados e inseridos em sistema.

Em consulta à CENPROT Nacional e Estadual, não se constatou a existência de pendências.

Em face do exposto, vislumbro a necessidade da adoção das seguintes providências:

RELATÓRIO COMUM A TODAS AS ATRIBUIÇÕES:

01. Fixar a nova Tabela de Emolumentos no quadro de avisos da serventia, a fim de facilitar a visualização pelo público. A título de sugestão, a exemplo do que ocorre em outras serventias, seria importante plotar em letras grandes (item 21). **PRAZO: IMEDIATO.**

02. Fixar os cartazes informativos da gratuidade dos serviços de nascimento e óbito no quadro de avisos da serventia, como forma de facilitar a visualização pelo público (item 21). **PRAZO: IMEDIATO.**

03. Suspender o uso de pasta classificadoras com folhas plásticas para o armazenamento de folhas soltas, devendo providenciar a encadernação com costura ou a utilização de livros próprios para essa finalidade. (item 26). **PRAZO: 30 DIAS.**

04. Deixar de lavrar os atos em papel A4 e passar a utilizar papel moeda padrão, a fim de garantir a autenticidade, a segurança jurídica, bem como a eficácia daqueles (item 26). **PRAZO: IMEDIATO.**

05. Providenciar a abertura do Livro de Visitas e Correições, conforme art. 185, I, do Provimento n. 149/2023 – CNJ (item 34). **PRAZO: IMEDIATO.**

06. O Livro Diário Auxiliar da Receita e da Despesa deverá ser encadernado logo que encerrado, consoante os termos do art. 189, do Provimento n. 149/2023 – CNJ, devendo-se, portanto, evitar o uso de pastas classificadoras com folhas plásticas, bem como deverá ser visado anualmente pelo Juiz Corregedor Permanente da Comarca, conforme art. 98, § 1º, do Código de Normas dos Serviços Notariais e de Registro do Estado do Pará (item 35). **PRAZO: IMEDIATO.**

07. Instar o responsável pelo sistema TRI7, a fim de adotar as providências necessárias no sentido de permitir a baixa dos valores depositados, a partir do momento em que for convertido em emolumentos (item 36). **PRAZO: 30 DIAS.**

08. Apresentar Plano de Ação, a ser homologado por este Órgão Correcional, a fim de promover o registro de conteúdo eletrônico de todos os atos notariais e de registro, para tanto, deve fazer o levantamento da quantidade de atos pendentes de tal providência e indicar prazo razoável para o cumprimento da ordem (item 39). **PRAZO: 60 DIAS.**

09. Regularizar as pendências descritas no Relatório Situacional da Divisão de Arrecadação Extrajudicial (item 47). **PRAZO: 30 DIAS.**

10. Providenciar certidão relativa aos débitos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União pelo CPF da Oficiala Interina (item 60). **PRAZO: 15 DIAS.**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

-
11. Quando da comunicação ao COAF sobre indícios da prática de crime de lavagem de dinheiro ou de financiamento do terrorismo, ou de atividades a eles relacionadas, detalhar no campo observação o motivo da comunicação, não sendo suficiente apenas fazer uso dos códigos do sistema (item 63). **PRAZO: IMEDIATO.**
12. Comunicar à Corregedoria Geral de Justiça sobre a inexistência ou existência de operação ou proposta suspeita passível de comunicação ao COAF, no período estipulado no art. 153 do Provimento n. 149/2023-CNJ (item 64).
13. Informar de forma ostensiva o contato do Encarregado de Proteção de Dados, bem como fixar no quadro de avisos e incluir no site da serventia a política de privacidade (itens 72, 73 e 74). **PRAZO: 30 DIAS.**
14. Apresentar Plano de Ação, a ser homologado por este Órgão Correcional, a fim de concluir a integração ao Sistema Eletrônico de Registros Públicos – SERP, para tanto, deve fazer o levantamento da quantidade de atos pendentes de tal providência e indicar prazo razoável para o cumprimento da ordem (item 76). **PRAZO: 60 DIAS.**

RELATÓRIO DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS:

01. Apresentar Plano de Ação, a ser homologado por este Órgão Correcional, com a finalidade de promover a integração do acervo da serventia ao sistema CRC, para tanto, deve fazer o levantamento da quantidade de atos pendentes de tal providência e indicar prazo razoável para o cumprimento da ordem (item 22). **PRAZO: 60 DIAS.**

RELATÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS:

01. Apresentar Plano de Ação, a ser homologado por este Órgão Correcional, com a finalidade de concluir a remessa dos Indicadores Real (Livro n. 04) e Pessoal (Livro n. 05) para a ONR, para tanto, deve fazer o levantamento da quantidade de atos pendentes de tal providência e indicar prazo razoável para o cumprimento da ordem (item 07). **PRAZO: 60 DIAS.**
02. Apresentar Plano de Ação, a ser homologado por este Órgão Correcional, com a finalidade de atender as determinações do Provimento n. 89/2019 – CNJ, relativas ao Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis - SREI, para tanto, deve fazer o levantamento da quantidade de atos pendentes de tal providência e indicar prazo razoável para o cumprimento da ordem (item 20). **PRAZO: 60 DIAS.**
03. Fazer o levantamento de todas as matrículas que se enquadram nas hipóteses descritas no Provimento Conjunto n. 08/2013 – CJCI/CJRMB, alterado parcialmente pelo Provimento n. 08/2021 – CGJ, devendo em seguida apresentar relatório a este Órgão Correcional (item 31). **PRAZO: 120 DIAS.**
04. Apresentar Plano de Ação, a ser homologado por este Órgão Correcional, com a finalidade de concluir o transporte de imagens das matrículas para a ONR com seus atos devidamente atualizados, para tanto, deve fazer o levantamento da quantidade de atos pendentes de tal providência e indicar prazo razoável para o cumprimento da ordem (item 35). **PRAZO: 60 DIAS.**

RELATÓRIO DE TABELIONATO DE NOTAS:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

01. Inutilizar os versos em branco de todas as Escrituras Públicas com o carimbo “Em Branco” (item 06).
PRAZO: 120 DIAS.

- DOCUMENTOS EM ANEXO:

Anexo VII - Relatório Situacional da Divisão de Arrecadação dos Serviços Extrajudiciais.

Belém, data da assinatura eletrônica.

LUCIO BARRETO
GUERREIRO:8176

Assinado de forma digital por
LUCIO BARRETO GUERREIRO:8176
Dados: 2024.08.13 11:44:52 -03'00'

LÚCIO BARRETO GUERREIRO

Juiz Corregedor da CGJ

MONICA CRISTINA DE
AZEVEDO
HONDA:57778698234

Assinado de forma digital por MONICA
CRISTINA DE AZEVEDO
HONDA:57778698234
Dados: 2024.09.04 11:04:32 -03'00'

MÔNICA CRISTINA DE A. HONDA

Assessora Jurídica da CGJ